

DOCUMENTÁRIO

MEMÓRIA HISTÓRICA DE CANANÉIA (VI).

(Continuação).

CAPÍTULO XVI.

PROESAS DE PIRATAS.

Não só nos tempos coloniais, como da antiga Província, as vilas de São Sebastião, ao norte, e de Cananéia, ao sul, viviam constantemente ameaçadas pelos ladrões do mar, cujos navios passavam a fazer bases de operações ora no canal do Toque-Toque, ora na pitoresca enseada do Bom Abrigo.

No ano de 1654 tais eram os perigos que corriam os navios mercantes, que pela Carta Régia de 19 de novembro daquele ano se ordenava que

“nenhum navio seguisse para a Europa fora do corpo da Armada”.

Outra Carta, do Conde de Atoguia, datada de 3 de outubro de 1655, ordenava que se

“reedificasse a Fortaleza de Nossa Senhora do Monserrate, do rio da Villa de Santos, para amparo e abrigo dos navios”.

Bem conhecidos são os assaltos às vilas de Santos e São Vicente e bem assim a ocupação de São Sebastião no ano de 1599 por 3 navios holandeses.

Em 1690 dava-se uma tentativa de assalto à mesma vila por flibusteiros franceses, que então faziam grandes danos nos mares do sul do Brasil.

Era porque as vilas do litoral, exceção feita de Santos, não possuíam meios de defesa, dispondo apenas de algumas espingardas e contando com o valor e bravura dos seus habitantes.

Só mais tarde, por ocasião da Guerra da Cisplatina, foi que se tratou seriamente de fortificar a costa paulista, principalmente o canal de São Sebastião e o pontal da Ilha Comprida, em Cananéia, como já dissemos em outro capítulo.

Antes, porém, nenhuma defesa havia, dando lugar a que os moradores das vilas de Iguape e de Cananéia representassem ao governo, pedindo para que nelas não se fizessem mais soldados, porque tinham barras abertas e estavam sujeitas aos ataques dos piratas. Dêsse apêlo, considerado justo, resultou a Carta Régia de 8 de julho de 1726, “alliviando-os do serviço militar”.

Os casos de piratas ocorridos ao sul de São Paulo deram lugar a várias lendas, que ainda hoje perduram na memória de todos que aí vivem.

Tão alarmada vivia a população da vila de Cananéia pela aproximação da barra e constante permanência de navios suspeitos no ancoradouro do Bom Abrigo, que um simples tiro de peça era suficiente para precipitada fuga dos habitantes que, por isso mesmo, traziam as suas economias ocultas no seio da terra, dando lugar às lendas dos tesouros sepultados em diversas partes do município.

A 17 de agosto de 1801, como se vê de documento existente no Arquivo do Estado (120) era a sumaca “Ilha Raza”, aprisionada defronte da barra de Cananéia por um barco de piratas, chamado “Galinho” ou “Saranambi”, que antes fôra português e que havia sido aprisionado pelos espanhóis.

Também a 6 de abril do mesmo ano de 1801 oficiava o Governador de Paranaguá ao Governador da Capitania, dizendo:

“Em dias do mez passado, fundiou hua Balandrina espanhola na Ilha de Cananeya, e logo depois hua Escuna de hum Pirata que parece seguia a Balandrina des da altura de S. Caterina, e dizem trazia Somente 3 Homens brancos, e varios negros, e entre eles 4 que tinha apanhado da ArmaSam de Itapecoroya, e hindo o Pirata a bordo da Espanhola p.a tomar conhecimento; os castilhanos lhe derão hum tiro, e mataram o Pirata, e com outro tiro ferirão o Piloto que levou comSigo, e somente ficou na Escuna hum Rapaz Branco que tinham apanhado em Caravelas, e aSim que este eos negros virão o SuSseso, picaram a amarra e fizeram se a vela Sem ferro e sem agoa, e logo sobre eles os castilhanos que lhe atiraram alguns frustrados tiros, e não voltaram p.r que carregou hum grande tempo e não se save o fim que huns e outros levaram, e que levavam muitas armas e m.to dinr.o.

Esta noticia deo o m.e do Bragantim do Tn.te Coronel Fran.co Glz' que tudo prezenciou por se achar arribado

na mesma Ilha e na sua Lacha levou a V.a de Cananeya o dito ferido Piloto que bem mereSe ser prezo e por hiso recommendo ao Alf.es Manoel Antonio que na pasagem de Cananeya examine o dito ferido e achando capaz de viajar o fasa conduzir prezo a prezensa do dito Sr. e se não est'... capaz de marchar o deixe prezo a ordem do dito Sr. p.a lhe ser remetido seguro..... (ilegíveis mais algumas palavras) (121).

José Carnr.o dos Santos”.

Ainda a 18 de outubro de 1803 aparecia ancorado na ilha do Bom Abrigo um brigue negro, que punha a população da vila em grande sobressalto, temerosa de um assalto à mesma, o que levou o Capitão-mor a chamar a atenção das autoridades da Capitania.

*

Das várias investidas levadas à efeito sôbre a barra de Cananéia, no intuito de assaltar, não só a essa vila como a de Iguape, citaremos dois casos dignos de menção: o do aprisionamento da sumaca “Piedade” e de um brigue, quando pretendiam transpô-la e da captura da lancha “Inveja”, na barra de Icapara, em Iguape.

A 30 de agôsto de 1827, achava-se a sumaca “Piedade” ancorada para fora do pontal aguardando ocasião propícia para seguir viagem quando, de um corsário que permanecia ancorado no Bom Abrigo, partiu uma grande lancha conduzindo gente armada que para ela se dirigiu apressadamente, aprisionando-a.

Entretanto, quer fôsse pela falta de vento, quer pelo estado agitado do mar, — porque a maré corria de vasante — o fato é que não puderam os mesmos conduzi-la, tendo necessidade de aguardar a preamar, tempo suficiente para que o sargento-mor Joaquim José da Costa conseguisse reunir os seus soldados, guarnecesse várias embarcações e munindo-se de um pequeno canhão de que dispunha, partisse ao encôntro dos piratas. Assegura-se que, na falta de outros meios, valeu-se da astúcia, colocando sôbre o bordo das embarcações vários troncos de bananeiras, que à distância, davam perfeita idéia de peças de artilharia.

E dessa maneira afrontou os assaltantes, dirigindo-se resolutamente para a sumaca, retomando-a.

(121). — Idem, maço 73, pasta 2, documento 45.

Esse ato de heroísmo valeu-lhe fácil vitória, porque os piratas apressadamente abandonaram a prêsa, retirando-se para o navio que os aguardava no Abrigo.

E assim foi retomada a sumaca que conduzida para o pôrto, imediatamente velejou para Iguape temendo um nôvo assalto.

Também a 6 de dezembro de 1825 oficiava o Capitão-mor de Cananéia ao Presidente da Província, participando a entrada naquele pôrto da escuna “Bela Luiza”

“conduzindo as tripulações de duas embarcações de comércio que, na altura de São Sebastião, haviam sido roubadas e metidas a pique por um corsário”.

Tratava-se naturalmente das embarcações “Aurora” e “Menália”, que haviam sido aprisionadas pelo corsário “Lavallega”, que saíra do Rio da Prata.

*

Outra ocorrência que pôs em sobressalto a população teve lugar no mês de maio de 1828, quando na barra foi aprisionado um brigue pelos piratas que velejavam nesse ponto da costa, pretendendo assaltar a vila, o que não levaram a têrmo pela revelação dos prisioneiros, de que no pontal da Ilha Comprida existia o Forte da Trincheira.

Esse fato teve repercussão e dêle falam melhor os documentos que encontramos no maço de papéis dos Ouvidores e Juizes de Fora (1828-1832) dando lugar a ruidoso processo contra o Capitão-mor da vila de Iguape, acusando-o como responsável pelo aprisionamento da lancha “Inveja”.

Não deixa de ser interessante a defesa apresentada então pelo capitão José Xavier Roiz, também acusado de responsabilidade, o qual, por sua vez, acusava o próprio capitão-mor, dizendo:

“Ilmo. Exmo. Senr.

Por hum Officio de reprehensão, que por ordem de Va. Exa. me foi dirigido pelo Exmo. Governador das Armas por intermedio do meu Coronel, vim no conhecimento de que o Capitão mor desta Villa, José Antonio Peniche, participava a Va. Exa. que hum Corsario pertendêra invadir esta mesma Villa, no dia 11 de Maio, que rebo-cara deste porto huma Embarcação carregada de arroz, e que elle Capitão mor não pudêra evitar, porque, alem de que as Ordenanças não sabem manobrar Artilheria, só

se reunirão no conflicto dous ou tres Milicianos, e que o armamento todo destas Companhias se achava em pessimo estado e encapaz de dar fogo &&.

A simples narração que paSso a fazer de todos os acontecimentos dos dias 10 e 11 de Maio provará sem duvida alguma a Va. Exa. não só que o Capitão mor ou sou dar huma parte inteiramente falsa, más athé que unicamente elle hé o culpado pela sua incapacidade ia sendo a cauza da destruição total, que esteve iminente á esta Villa, e da qual escapamos felizmente por hum milagre.

Hum Corsario imprehendeu saquear esta Villa, e aprézar as Embarçaçoens surtas neste porto, Seo primeiro projecto foi entrar pela barra de Cananéa; más apreziando hum Brigue na dita Barra, soube pela tripulação delle, que junto aquella Villa existe huma trinxeira com seis peças; mudou pois de projecto, e o formou de vir a esta Villa, entrando pela barra de Capara em pequenas Embarçaçoens. Com effeito no dia 10 de Maio pelas 3 horas da tarde fundeou sobre as agôas d'esta barra. No dia 11 pelas 8 horas da manhã o Commandante do Corsario empessoa embarcando-se em dous botes, e huma lancha com quarenta homens, huma peça de Artelheria, muito armamento, polvora, ballas, metralha, hum barril de vinho, outro d'agôa, esacos de bolaixas, demandou abarara. Os dous botes entrarão bem, mas a Lancha em que vinha a maior parte dagente e todo o armamento foi apique, salvando-se a mesma gente em hum baixio chamado — a Coroa.

Erão 10 horas da manhã: o Commandante vendo-se nas criticas circumstancias de ficar prezioneiro com toda a sua gente, por ter perdido todo o armamento e muniçoens, só cuidou em achar meios de fugir. Primeiramente gastou muitas horas em procurar pelos sitios, e bairros da Capara algumas Canoas; mas achando só 4 Canoas pequenas, e incapazes de sahirem pela barra, lembrou-se de metter remos em uma Lancha pequena, que, carregada de arroz, alli se achava a espera de sahida para Santos, e cuja tripulação tinha fugido para terra. Ecomo o mesmo Commandante teve tempo para tudo, sem opposição alguma, conseguiu pôr os Remos, eajudado pelo reboque dos dous botes / hum dos quaes foi apique na sahida / foi-se pela barra fora, e chegou a salvamento ao Corsario.

PaSso agora a narrar o que no entretanto se paSsou nesta Villa, e qual foi o comportamento do Capitão mor. Pelas 3 horas da tarde do dia 10 vio-se desta Villa fundear huma Embarcação sobre a barra e com oculos de alcance conheceu-se perfeitamente ser hum Corsario, muito conhecido, eque, há tempos, não deixava a Ilha de

Cananéa (122), onde tinha feito muitas prêzas. Dando-se parte disto ao Capitão mor elle não deo a mais pequena providencia para defeza da Villa, e tudo se conservou em inacção. No dia seguinte de manhã vio-se muito bem sahirem de bordo do Corsario as tres Embarcaçoens pequenas, e demandarem a barra: vio-se muito bem os dous botes entrarem, e ir apique a lancha, e salvar-se agente d'ella na Coroa.

Apezar disto conservou-se o Capitão mor com mesma inacção, dizendo, que provavelmente naquellas tres Embarcaçoens, que entravão pela barra vinhão tripulaçoens de algumas Embarcaçoens aprezadas pelo Corsario, o qual as mandava para terra. Em obsequio da verdade devo declarar a Va. Exa. que esta era a opinião de muita gente nesta Villa, pois que não podião acreditar, que o Corsario se animasse a vir atacar a mesma Villa, entrando em lanchas por huma barra tão má. Vio-se muito bem desta Villa andarem os botes de porto em porto pelo bairro de Capara: entretanto tudo se conservou aqui em inacção. Ao meio dia chegarão 3 homens Ordenanças mandados pelo Cabo do dito bairro, para participarem ao Capitão mor, que dentro da barra se achavão os Corsarios, aquem opovo não podia fazer mal por falta de armamento, polvora, e balla. Foi então que o Capitão mor entregou aos mesmos 3 Ordenanças huma peça de Artelharia, e meia duzia de espingardas, com o competente municiamto. Estes homens chegados a Capara com o pequeno armamento, sendo perseguidos pelos botes dos Corsarios, metterão a Canoa por hum pequeno rio, e fugirão para o matto; malogrando-se assim a pequena providencia dada, a tão más horas, pelo Capitão mor.

A's trez horas ou trez e meia da tarde, quando desta Villa se avistou ser a Embarcação carregada de arroz, levada a reboque, e remos pela barra fora foi que o Capitão mor fez tocar rebate e foi então que se reunirão os poucos Melicianos que estavam na Villa.

Foi então que fez embarcar muita gente nas Lanchas das Embarcaçoens aqui surtas, e em Canoas para irem em soccorro da Embarcação aprezada; oque se não effectuou, porque logo se vio desta Villa navegarem os Corsarios em alto mar com a Embarcação aprezada tendo apenas perdido hum dos botes na sahida.

Achava-se eu então no meu Sitio tratando das minhas lavouras, assim como' tão bem estavam ausentes todos os mais officiaes, e Officiaes inferiores de Milicias pois que todos são lavradores; e nenhuma obrigação tem

(122). — Há evidente engano. Devia ser a Ilha do Bom Abrigo, defronte da barra de Cananéa, onde, constantemente ancoravam os navios.

de estarem na Villa, salvo quando há destacamento. Por toda esta narração conhecerá Va. Exa. que a Embarcação foi aprezada, não no porto desta Villa, sim na barra, e que os Milicianos nenhuma culpa tiverão em semelhante acontecimento: Se o Capitão mor na tarde do dia 10 de Maio, quando o Corsario fundeu sobre a barra fizesse tocar rebate, emandasse dar 3 tiros de peça, signal. há muito tempo, dados aos Milicianos para correrem em defeza da Villa, não só haveria muita gente para a defender, más athé o mesmo Corsario, ouvindo os tres tiros de Artelheria não ousaria entrar pela barra em taes embarçaens. Se no dia 11, quando daqui se vio que as Embarçaens do Corsario demandavão abarra o Capitão mor fizesse embarcar as Ordenanças nas lanchas das Embarçaens aqui surtas, e em Canoas com a peça de Artelheria, e armamento, não só a Embarcação não seria aprezada, más athé os Corsarios serião apreziados, porque com a perda da lancha ficarão desarmados sobre o baixio. Se ao meia dia em vez d'elle entregar apeça de Artelheria e armamento aos tres Ordenanças de Capara, a entregasse ahum Official de Ordenanças, e mais pessoas desta Villa, ainda o soccorria a tempo, enão accontereria, o que acconteceu, fugirem os tres Ordenanças e abandonarem o armamento: devendo eu lembrar a Va. Exa. que da barra de Capara á esta Villa dista sòmente legoa emeia, viagem que se faz em huma hora, e que se a lancha do Corsario não fosse a pique, esta Villa teria sido tomada, saqueada, e talvez reduzida a cinzas.

Tenho me justificado, Exmo. Senr., e atodos os Officiaes e Soldados destas Companhias, resta-me sòmente rebater a imputação, de que o armamento se conserva em pessimo estado. Esse armamento incapáz de dar fogo, que pelo Capitão mor foi achado na caza do Capitão Commandante da 4a. Companhia / então ausente / — são humas poucas de espingardas velhas, e desconcertadas, que alli estavão.

O armamento novo se acha em muito bom estado: Eu o tenho destribuido com o competente cartuxame por todos os Soldados Milicianos, afim de que ao signal de 3 tiros de peça, corresse de seos sitios para defeza da Villa: medida que julguei necessaria, não só porque podendo esta Villa ser repentinamente tomada por qualquer Corsario que entrasse pela barra de Cananéa, não julguei seguro conservar o armamento na Villa, como por que o mesmo armamento conservado feixado neste paiz por extremos humido, dentro em 3, ou 4 dias se enche de ferrugem, e se deteriora.

Eu requeiro a Va. Exa. e athe lhe rogo como hum obsequio se digne informar-se de tudo quanto eu exponho neste officio, e se Va. Exa. achar que em toda esta narração eu me afasto hum apice da verdade, quero que Va Exa. não só me repute como o homem mais indigno, más athe me faça passar por todos os castigos, que o Regulamento impoem ao Militar, que engana aos seus Superiores. Previno porém Va. Exa. porque nella he primeiro Vereador hum Irmão do Capitão mor hum dos Juizes he seo intimo amigo, e os mais membros, talvez não terão a coragem necessaria para informarem a verdade contra os prestigios ainda existentes a favor de hum Capitão mor, e homem rico; como porem está a chegar a esta de correição o Ouvidor da Comarca, deste Magistrado se pode Va. Exa. informar, ainda que mais gosto teria em, que Va. Exa. mandasse hum Militar a esta Villa tomar conhecimento e informar de todos os acontecimentos.

A minha honra offendida, e adetodos os meos Officiaes e Soldados, hé quem me obriga a ser tão extenso e a cançar tanto a attenção de V. Exa. pelo que peço se digne desculpar-me.

D.os guarde a Va. Exa. Rr.ma. Iguape, 14 de Junho de 1828.

Exmo. e Rmo. Snr. Dom Manoel Joaquim Gonsalves de Andrade, Bispo Diocesano desta Catedral, e Vice-Prezidente da Provincia.

Jozé Xavier Roiz

Cap.am Comd.e".

*

A situação em que viviam os habitantes da marinha, como se vê dos documentos acima, era de constante intranquillidade, devido às investidas dos barcos flibusteiros que velejavam no largo da costa sul do Brasil.

Daí as lendas que ainda hoje povoam a imaginação do povo da região.

*

* *

CAPÍTULO XVII.

O TESOURO DO BOM ABRIGO.

Rezam as lendas que, perseguido ao sul do Brasil por corsários inglêses, um navio de piratas dera de velas para o norte e chengado à noite à altura da costa do Rio Grande, os ladrões

do mar saltaram em escaleres e remaram até a praia, ocultando não muito longe dali grande parte das riquezas roubadas.

Feito isso e valendo-se da escuridão, forçaram a marcha para o norte, a fim de escaparem à perseguição dos ingleses.

Ao romper a aurora verificaram porém que o corsário inglês navegava em suas águas.

Então, vendo-se alcançados, fundearam à noite na enseada do Bom Abrigo, e, saltando em terra, ocultaram a outra parte dos tesouros com a qual pensavam escapar.

Obrigados ao combate, foram entretanto exterminados após o naufrágio do barco.

Dentre eles apenas três homens haviam logrado alcançar a terra, onde dois deles foram mortos, refugiando-se o último em uma gruta.

Partindo do navio corsário, o único sobrevivente, depois de alguns dias de permanência naquela ilha solitária, avistou uma canoa de pescadores de Cananéia e fazendo sinais, foi salvo pelos mesmos.

Conduzidos para a praia, daí partira para o sul, onde veio a falecer, legando a um amigo o roteiro dos tesouros enterados.

Na expectativa da existência desse roteiro, procuramos ouvir o nosso amigo e colega o dr. Carlos Pereira de Magalhães, residente no Estado de Goiás há muitos anos e em cuja companhia, em 1906, havíamos viajado para Cananéia.

Interessado na descoberta dessa fabulosa riqueza, poderia ele esclarecer-nos o assunto melhor do que ninguém.

Atendendo ao nosso apêlo, e logo depois recebíamos do mesmo a preciosa carta que abaixo transcrevemos e pela qual, em grande parte, se confirmam as lendas correntes.

Ei-la:

“Caro amigo Dr. Paulino de Almeida

Saudações.

Infelizmente não tenho mais o roteiro da — Ilha Abrigo; tendo resolvido estabelecer-me no “hinterland” do paiz, entreguei a copia que possuia desse documento e de outro doc. gemeo do primeiro e plantas, ao meu amigo e socio nessas pesquisas, Cel. José Meirelles thezoureiro da Policia de S. Paulo e já fallecido.

O Cel. Meirelles pretendia arranjar fundos sufficientes para uma nova pesquisa, não mais no Abrigo mas em outro ponto do Sul do nosso Continente como indicava o roteiro gemeo do da Ilha do Abrigo.

O thezouro foi secretamente tirado por pesquisadores inglezes, pelo ano de 1870, tendo enchido de pedras a cavidade que guardava o thezouro, como verificamos. Não assim, como o outro que até hoje permanece intacto. Infelizmente o Cel. Meirelles é fallecido ha mais de 7 annos.

Sei que Meirelles guardava esses documentos com o maximo cuidado.

Cheguei a ir por sua conta ao Sul, identificando perfeitamente o roteiro gemeo do da ilha do Bom Abrigo.

Os originaes desses roteiros foram por mim devolvidos em 1907 á proprietaria, uma velha senhora norte americana, Mrs. Emerson. Eram redigidos em inglez, velhos de quasi um seculo e pertenciam á herança de seu fallecido marido, que em tempos antigos viera ao Rio da Prata expressamente para esse fim e tentando explorar, contrahiu um resfriado do qual veiu a fallecer. Junto aos roteiros havia uma correspondencia e negociações offerecendo ao Sr. Emerson a importancia de 60.000 dollares pelos documentos, isto antes da guerra de Seccessão.

Depois da guerra quando o general Hood (?) veiu arranjar terrenos em Cananéa e Sta. Barbara (Villa Americana) para ahi collocar sulistas intransigentes, veiu tambem o Sr. Emerson. Como houvesse duvidas sobre o thezouro do Abrigo seguiu immediatamente para o Sul.

A sociedade de scelerados que frequentava o Abrigo, era na sua maioria de piratas inglezes e a sua zona de acção era exclusivamente no Pacifico. No Abrigo enteraram o dinheiro amoedado; no outro ponto ao Sul do Continente occultaram barras de ouro e prata, objectos de valor, producto de saques em templos etc. representando uma fortuna colossal. Isso se deu quando a Inglaterra alliada ás demais potencias maritimas moveu uma guerra de exterminio aos piratas.

Creio que Meirelles guardava uma pequena colleção de objectos que encontramos de piratas e negreiros, tendo nós em 1906 localizado e balisado o navio pirata afundado já a regular profundidade em frente a enseada do Abrigo.

Nada mais podendo informar continuo sempre a seu dispor.

Amo. e ado.

Carlos Pereira de Magalhães".

Da longa correspondência que por essa ocasião tivemos oportunidade de trocar, não podemos deixar de citar outra carta em que o nosso illustre colega procura descrever a ilha do Bom Abrigo, o que consegue com uma fidelidade admirável. Documento preciosíssimo para a história desse formoso

baluarte da costa paulista, traduz fielmente a impressão de quantos por ali têm passado, avivando em nosso espírito a recordação dos tempos em que os navios negreiros e barcos de piratas estacionavam no magnífico ancoradouro, ameaçando transpor a barra de Cananéia para os prometidos ataques às vilas de Iguape e Cananéia enchendo de pavor as populações litorâneas.

Com a devida vênia, transcrevemos na íntegra o precioso manuscrito:

“Annapolis — Estado de Goyaz — 8-V-27.

Presado collega Dr. Paulino de Almeida:

Saudações cordeaes.

Estando eu no momento actual em preparativos para uma demorada excursão ao norte deste Estado, não me sobra tempo para rebuscar alguns apontamentos que infelizmente se acham em São Paulo, com referencia a pirataria e suas relações com a ilha do Abrigo e outras do littoral sul americano.

Poderá entretanto o amigo utilizar-se do que julgar conveniente da succinta noticia que lhe transmitti sobre o thezouro do Bom Abrigo. Faltou-me a lembrança de na minha ultima carta apontar outra curiosidade dessa ilha, — ella é assombrada —. Na nossa estadia que prolongou-se por um mez, tivemos um alarme, horas mortas da noite, mas infelizmente abortou a apparição e nada pude ver alem de estranhos ruidos.

Realmente a Ilha do Bom Abrigo presta-se para um livro.

A historia e tradição de piratas e negreiros, estes scelerados dos mares, perseguidos sem treguas nas aguas de todos os continentes, encontravam pelo relaxamento das auctoridades coloniaes e do imperio, a sua cidade de refugio, o lazer para partilha de despojos e socego para cavar esconderijos.

Não admira, pois, que tendo abrigado os maiores criminosos do passado, este sanctuario da natureza, tão bello no seu isolamento, no limiar do grande deserto do oceano, fosse por esse sacrilegio, interdicto pela imaginação supersticiosa dos praianos, que, em vez de ahi verem nymphas e naiades, juravam que espectros horripilantes escondidos nas cavernas, eram de vez em quando espancados pelas postestades infernaes, pondo em polvorosa toda a ilha em noites tenebrosas de tempestades. Ouvi mesmo, da tripulação de um bergantim norueguez que alguns dias antes da nossa abordagem ancorara na pequena bahia do Bom Abrigo, a narrativa

de extranhas visões e mysteriosos ruidos, tendo parte da tripulação desembarcado, determinando pousar na terra firme, despertaram alta noite com o rolar de cadeias, gemidos soturnos, e invisível tropel, prenuncio das diabolicas correrias, indo em crescendo a incomprehensivel orchestra, sobresaltou os credulos marujos scandinavos, que, não esperando mais nada, atiraram-se ás aguas e em vigorosas braçadas ganham a amurada do navio, transidos de terror.

O Cel. João Carlos, velho pratico do Porto de Cananéa, poderá melhor que eu informar o amigo sobre esses phenomenos que de tempos a tempos se reproduzem.

Os esplendores do céu nas horas vespertinas afoqueando a immensidade do horizonte maritimo, com as cores vivas de um grande incendio, a exhuberancia da vegetação de verdejantes tufes de euterpes, a rica florescencia das mais raras orchideas por entre musgos e rochas, os coqueraes tremulos, agitados pelas auras do oceano, emfim, a corpulencia da flora tropical e variedade de toda a especie de aves marinhas, completava o quadro da mais harmonica perfeição de uma obra prima da natureza; tal era a Ilha do Bom Abrigo ha 20 annos atraz.

Sobre uma das eminencias um modesto pharol despejava nas trevas da noite, quando apagados as luminarias do firmamento, o clarão que orientava os navios no seu curso attrahindo pela miragem da luz seductora o passaredo das mattas da ilha do Cardoso que como mariposas vinham em centenas voltear em roda do pharol morrendo de encontro a grande lente giratoria da luz.

O mais empolgante de todos os espetaculos que presenciamos foi a ardentia (mar phosphorecente); em pequena canoa munida de uma vela bauloçamos no dorço das ondas luminosas por toda uma noite. A trovoadas das vagas rebentando nos moleques semelhava explosões de relampagos, por todos os lados a mobilidade irrequieta da superficie phosphorecente, o pipocar de electros, parecia uma visão apocalyptica, um mar de fogo.

As correntes oceanicas de vez em quando arrastam, das visinhanças do Polo, bando de pobres pinguins des-norteados, que depois de atravessarem tão grandes solidões são atirados aos montes nas praias da ilha em estado de completa inanición. Os praianos chamam-nos naufragados.

Iria longe se fosse passar em revista todos os encantos desse esquecido recanto de nossa terra. Os bancos de coraes brancos visiveis nas grandes vasantes, peixes grotescos, polvos, tanta cousa ainda não descripta nem classificada.

Creio que fui além dos desejos do amigo na minha descrição, mas, depois de vinte e tantos annos, aqui do Planalto Central, me é grato rememorar uma das mais agradáveis explorações que tive occasião de fazer.

Sempre am.o grato.

Carlos Pereira de Magalhães”.

*

* *

CAPÍTULO XVIII.

A QUEIMA DO CARTÓRIO.

Uma das ocorrências mais lamentáveis havidas na antiga vila de Cananéia, foi, sem dúvida, a perda dos livros e papéis pertencentes ao cartório e queimados em praça pública por determinação do Ouvidor Geral e Corregador da Câmara, dr. Antônio Pires da Silva Melo Pôrto Carneiro, quando em correição naquela vila, no ano de 1747, apenas por havê-los encontrado comidos por cupins, o que hoje, com os progressos da ciência, não mais se justificaria, como se pode ver pela maneira com que, no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo são tratados e conservados os antigos manuscritos ali existentes.

Foi assim que por processos modernos conseguimos restaurar e copiar, publicando numerosos documentos avulsos, livros de correspondência de Capitães-generais, inventários e testamentos, até então considerados como inutilizados e ilegíveis e que são, hoje, apreciados pelos estudiosos.

Não seria para admirar-se, portanto, que fatos da história de Cananéia, então obscuros, nos fôssem revelados pelos documentos desaparecidos naquela queima e que agora se fazem necessários para elucidação de questões da mais alta relevância para o estudo do nosso passado.

E para comprovar-se a importância que tais manuscritos representariam, é bastante saber-se que os inventários lançados ao fogo, eram dos primeiros habitantes da vila, contando entre elles os de Tristão de Oliveira, do padre Dionísio de Melo Cabral e outros.

Por outro lado, como nos revelam as Memórias da Câmara, foi um retalho de escritura, salvo daquela destruição, que revelou aos pósteros a existência e o nome da vila primitiva, situada na ilha Comprida, o que só por si, é bastante

para comprovar o inestimável valor dos documentos destruídos cuja relação consta do termo então lavrado no livro de Vereanças da Câmara, de 1746 a 1762, fôlhas 71 a 73. que é o seguinte:

“Anno do Nascimento de NoSso Senhor Iesus Christo demil esete Centos e Sincoenta e Hum annos. Aos nove dias domes de Setembro do dito anno, nesta Villa de Sam João Baupstista de Cananéa, Em Casas demoradas do Luis Ordinario Leandro de Freitas Soberal, sendo ahy Presente Com migo es Criuão, mandou vir perante Sy o Cartorio, E nelle achou varios auctos velhos Comidos de Copim, aos quaes mandou por mim escriuam os apartasSse, para Sequeimarem, mandando que estes se inventariassem pelos nomes dos rostos, por desCarga de mim escriuam nas Contas que me tomassem da entrega do Cartorio, e Constar o Caminho que selhes deo; o que tudo elle dito Juiz mandou fazer por ordem do Doutor Ouvidor geral constando em correiSam nesta Villa Antonio Pires da Silva melo Porto Carreiro, Cujos numeros, e nomes de Cada hum dos auctos Sam os que Seseguem dos que se mandão queimar:

Numeros

Inventarios, De Pedor João, e de Bastião Gomes.
Inventarios, De Gaspar Alues, e de Manoel Glz Miz.
Inventarios, de Fran.co de Candia, e Esperança Martins.
Inventarios, de Mario barboza de Siq.a, e Izabel maçiel.
Inventarios de Pedro de Candia, e de Maria Roiz vidigal.
Inventarios, de Ant.a da Costa, e de Ant.o Franc.o.
Inventarios, De Viollante dequeiros e Gaspar Fers.
Inventarios, De Pe. vigario Dionizio de Melo Cabral.
Inventarios, de Apellonia Fructuoza e Salvador Roiz.
Inventarios, De D.os da Roxa; e de Hyronima da Costa.
Inventarios, De Ant.o de Almeida; e de Anna Silveira.
Inventarios, De M.e Medina; e de Leonor do Rego.
Inventarios, De Anna Per.a; e de seBastião Glz.
Inventarios, De Ma. dalvarenga; e de Ant.o de Medina.
Inventarios, De Diogo Miz; e de Belxor dos Mellos.
Inventarios, De M.a Ribr.a; e de João daCosta.
Inventarios, De Izabel Roiz Vidigal; e de M.el Gomes Soberal.
Inventarios, De Zuzana do Rego; e de vicente Vieira demendonça.
Inventarios, De Ma. Barboza; e de Franc.o Luiz.
Inventarios, De Pascoa Roiz; de Luzia ferr.a Loba.

Inventarios, De M.el de Lemos Reino; e de Ant.o Lopes Miz.

Inventarios, De Ma. Per.a e de Ma. Glz; e de Catherina Ribr.a.

Inventarios, De M.el Franc.o e de Antonio Lopes.

Inventarios, De João Roiz freitas; e André Luiz.

Inventarios, De Luzia ferreira; e de Franc.o frz.

Inventarios, De Catherina de Lima; e de M.el Desouza febeão.

Inventarios, De Izabel da Cunha; e de Franc.o barboza.

Inventarios, de Bernardo de Matos; e de M.a do rego.

Inventarios, De Ma. Lopes; e de Ma. da Costa.

Inventarios, de Manoel nunes ramalho; e de Ant.a Tinoco.

Inventarios, de Pedro de Souza; e de Simão fernandez.

Invent. De Silvestre fernandez; e de sebastião Glz.

Invent. De Gonsallo Ribeiro; e de Laerccia fernandez.

Invent. De Miguel Roiz da Silva e de Anna Barboza.

Invent. De M.el Roiz monteiro; e de Anna Lara.

Invent. De Muarianes fidalgo; e de João Miz fructuozo.

Invent. De Izabel da Costa; e de M.el da Costa.

Invent. De Ignacio Ribr.o; e de Ines barboza.

Invent. De Luiz da Costa ferrão; e de Izabel do Rego.

Invent. De Tristão deoliveira; e de M.a Cardoza.

Invent. De Gregorio de Ramos; e de Beatriz da Costa.

Invent. De Baltezar masiel; e de Catherina Ramos.

Invent. De Leonor da Costa; e de D.os Cardozo.

Invent. De M.el deoliveira; e de Luiz da Silva.

Invent. De Ambrosio Luiz; e de franc.o madeira.

Invent. De M.el Alues Ramos; e de M.a fructuosa.

Invent. De D.os da Paz; e de Catherina Teixeira.

Invent. De João Lopes; e de Pedro Luiz.

Invent. De M.a Teixeira; e de João cordeiro.

Invent. De Diogo Medina; e de Franc.a ribeiro.

Invent. De Ant.o Correa de barros; e de Barboza Rodrigues.

Invent. De M.a Gomes; e de D.os Masiel ovelho.

Invent. De João Masiel Antão; e de João Cristovão.

Invent. De Pedro Lopes; e de Anna ribr.a.

Invent. De Miguel vas; e de Hyronimo da Costa.

Invent. De Diogo da Cunha; e de M.el Coelho Vidigal.

Invent. De Izabel ribr.o; e de Catherina mendez.

Invent. De Paulo Teixeira; e de André Ramos.

mais oito papeis a Bulcos por estarem todos comidos de Copim.

aSim Mais nove Livros velhos dos Registros e veros Soins e notas antigos por estarem em capazes.

Estes Sam os Livros euctos e papeis abulços que Se acham todos comidos do Copim enão servirem já para mais nada para a todo tempo constar mandou elle ditto Iuiz fazer este Termo em que asSinou Commigo escriuão eu Paulo Marques esCriuão que oescreuy.

Leandro de Freitas Soberal.

Livros Limpos e Capazes E auctos novos e alguns artigos tomados a inventario novamente.

Sinco livros de notas antigas e hum novo.

Hum livro de Provimentos.

Hum livro de Eleiçoins.

Hum livro de Registros.

Dous livros de Vereassam hum antigo e outro moderno.

Dous livros de Audiencias hum dos Orphãos e outro que serve para os Juizos Ordinarios.

Dous Livros hum das Receitas e outro das Despezas.

Mais tres Livros a saber, Portacolo dos Culpados outro Livro dos Auctos das querellas outro dos Sumarios das querellas.

Inventario de Elena Gracia.

Inventario de Manoel Alues.

Inventarios novos e modernos sam Sento e quinze.

Papeis abulços Capazes oitenta e trez mais trinta e sinco papeis abulços que estão no EsCaninho da Caixa do Cartorio mais hua isCritura de gaspar Dias de huas terras que Comprou”.

*

Pelo dr. Francisco Negrão, genealogista paranaense e autor de diversos trabalhos históricos foi-nos oferecida a seguinte informação:

“Pedro Gonçalves Leitão, em 1720, passou no Tabelação de Curitiba, escriptura de venda por 8\$000, a Gaspar Dias, de uma sorte de terras na Villa de Cananéa, partindo com os herdeiros do defunto oão Bueno, na paragem chamada — Barra do esteiro de Acarahy (123) que o mesmo esteiro serve de repartição da banda do Sul.

“Estas terras elle houvéra por morte de sua mãe Maria Leitoa”.

*

* *

CAPÍTULO XIX.

MEMORAVEL NAUFRÁGIO — A VISITA DE SALVADOR CORRÊA DE SÁ — DESMEMBRAMENTO DE PARANAGUÁ — DEMARCAÇÃO DAS DIVISAS MERIDIONAIS.

Do notável trabalho de Benedito Calixto sôbre a Capitania de Itanhaém, data vênua, extraímos os interessantes capítulos que lhe foram oferecidos pelo saudoso historiador paranaense, o dr. Ermelino A. de Leão. São páginas sugestivas, algumas das quais já haviam sido publicadas pela “Gazeta de Cananéia” e outras pela **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, mas que, nem por isso, perdem o seu valor descritivo.

Ei-los:

“Vieira dos Santos, reproduzindo talvez, episodios narrados nas Memorias Historicas de Cananéa, conta que em 1630 um navio que zarpára do Porto do Rio de Janeiro, foi, devido á phobia do piloto, dar á costa nas praias das terriveis tribus Guaytacá-Guassú, Guaytacá-Jari cotá e Guaytacá-Mopique, famosas pelos instinctos de refinada antropophagia.

“Do naufragio tiveram noticia os indios christãos de Cabo Frio e de outras aldeias de Irirityba, situadas nos limites meridionaes do Espirito Santo, que logo accudiram ao local do sinistro para soccorrer os naufragos e salvar as fazeñdas que o mar tivessees arrojado á praia.

“Chegaram em occasião fatal os Goytacazes, que tambem haviam concorrido á praia a aproveitar-se do casco do navio, porque, não encontrando os das mencionadas duas aldeias portuguez algum a soccorrer, e suspeitando que aquelles indios a todos haviam dado a morte e sepultura em seus ventres, unidos em um só corpo, os atacaram e mataram a quantos ali estavam.

“Depois de lhes tirarem as vidas, marcharam para o sertão, accometteram todas as aldeias das sobreditas nações e degolaram quantos nellas estavam, sem perdoarem a sexo, nem idade, para assim vingarem as mortes presumptivas dos naufragos, aos quaes não tinham feito mal algum; porque, em dando o navio á costa, fugiram temerosos, de que elles os assaltassem, porém tão variados que passando por Cabo Frio, Rio de Janeiro, Ilha Grande, São Sebastião, e pelas tres barras de Santos, foram entrar na Barra de São João de Cananéa. A plebe admirada da cegueira daquelles navegantes, attribuiram suas desgraças e castigo do piloto, por ter affirmado no decurso da viagem, que da nautica sabia mais que S. João Baptista”.

Eis ainda narrado, em segunda mão, por Vieira dos Santos, êste feito que consagrava, para os piedosos párocos de Cananéia, o celestial prestígio de seu orago.

Bons tempos êsses, em que os dedos dos vultos da sublime côrte, tão freqüentes se imiscuiam entre os dedos e os destinos dos homens.

O crescimento natural da população de Cananéia, diz Ermelino de Leão, reforçados por êsses elementos adventícios que o acaso conduzia à Ilha do Abrigo, e que mais tarde as minas de ouro vieram atrair, trouxeram como natural consequência, o aumento da antiga vila e do seu vasto município.

Em 1637, teve Cananéia a honra de hospedar Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que então exercia o cargo de Governador do Rio de Janeiro e de Administrador Geral das Minas da Repartição do sul do Brasil.

Foi neste último caráter que o ascendente dos Asséas percorreu Iguape, Cananéia e as vilas de Serra Acima, como narra Vieira dos Santos no parágrafo 33 das suas **Memórias Históricas, Cronológicas, Topográficas, e Descritivas da Cidade de Paranaguá e seu município.**

Qual o papel que Salvador de Sá exerceu no destino de Cananéia e quais os provimentos que deveria ali ter deixado para a boa arrecadação dos quintos del-rei, não podemos definir porque nos faltam elementos para apreciá-los. E' de crer, porém, que êste zeloso administrador, que nada poupava para bem servir seu rei e sua pátria, tivesse prestado relevantes serviços ao mais meridional dos municípios do Brasil-colônia, e portanto mais exposto a possíveis ataques dos espanhóis confinantes.

O que é exato é que em 1643 estava tão povoado o município que os habitantes da baía de Paranaguá requereram ao governador do Rio de Janeiro a sua emancipação municipal pela ereção de uma nova vila no povoado de Nossa Senhora do Rosário, alegando ser dificultoso àquêles povos procurar seus recursos judiciais à vila de Cananéia.

“Somente em 1646, no dia dos Reis Magos, foi erêto em Paranaguá, com as formalidades do estilo, o pelourinho, em nome de Sua Magestade, o sr. D. João IV, rei de Portugal e por ordem de Duarte Corrêa Vaqueannes governador do Rio de Janeiro.

“Somente em 1648, a 26 de Dezembro, por fôral d'el-rei e com a assistencia do Doutor Sindicante Manoel Pereira Franco, foi fundado o municipio de Paranaguá, e procedida a promeira eleição para juizes ordinarios e ve-

readores da nova Vila, sendo então demarcados os limites dos dois municipios pelas praias e rio Ararapira”.

Diz Vieira dos Santos que

“achando-se a esse tempo (1643) a costa maritima povoada desde Santos té Cananéa; e as Bahias de Paranaguá em grande augmento desua população; não só a originaria dos primeiros povoadores, vindos de Cananéa e Sm. Vicente; e dos Indios Carijós domesticados no grande espaço de mais noventa annos, contados desde 1555; e sendo difficultozo a estes povos hirem procurar seus recursos Judiciaes á Villa de Cananéa por ser a mais proxima, requererão a sua emancipação, e erecção de hua nova Villa, separada daquella”.

Em uma nota, acrescenta ainda o autor:

“Era costume n’aquelle tempo as terras novamente povoadas ficarem sujeitas as Villas mais aproximadas a ellas, por isso a nova povoação de Paranaguá deveria ficar, desde seus principios á Villa de Cananéa, por estar comprehendida dentro do Termo della, té o anno de 1648, em q.o foi separada, constituiose em nova Villa”.

Segundo o mesmo autor, as divisas de Paranaguá foram feitas no dia 1.º de fevereiro de 1654, sendo

“pel’o meio da praia que fica entre as barras de Superaguy e Ararapira”.

*

Com referência à expansão dos cananaeenses, encontramos em Vieira dos Santos a notícia da fundação de Curitiba, — também referida por Francisco Negrão na **Genealogia Paranaense**, donde extraímos o seguinte:

“Curi-tiba, ou Core e Tuba, que significa — terra que dá muito pinhão — foi seu nome primitivo e que ora se chama Coritiba.

De antiga tradição consta que, hum paulista — F. Soares do Valle, casado e com familia na cidade de São Paulo, tendo feito certo desagrado ao Governador, que de lá fugira entrandose pelos Sertoens das mattas, vindo a sahir nos Campos Geraes, e chegado aos Campos de Curitiba, e avistando as serras da marinha desceo pella denominada Serrinha té Paranaguá, donde escreveu ao sogro em S. Paulo para que lhe troucesse sua mulher e filhos, que com effeito vierão; e constando ahuns colonos europeós que moravam em Cananéa, no lugar que

ainda hoje se chama morro — dos Andrades (124) — do descobrimento feito pelo dito Soares, dos campos de Curitiba, talvez na ocasião da passagem que por ali fez aquella familia vinda de S. Paulo; asentaram de mudarem-se conjuntamente com a mesma familia para os Campos de Curitiba vindo Lourenço Rodrigues de Andrade, com sua familia e hua filha casada com hum F. Seixas e Andrades — as que foram primeiros povoadores d'aquelles Campos.

*

Cascais e vimieiros — Atitude de Cananéia — Vigário da Vara — Minas de ouro.

“Quando surgiu a celebre demanda entre os herdeiros de Pero Lopes de Souza, que disputavam a posse das Capitánias de Itamaracá e Santo Amaro, Cananéia teve também a sua parte na luta.

Em 1653 o conde da Ilha do Principe, casado com D. Mariana de Faro e Souza — da casa dos Vimieiros, tomou indebitamente posse da Vila (125) subordinada á Capitania de Itanhaen. Conta Milliet que o Marquez de Cascaes, legitimo donatario da terra, “tres annos depois tirou-a do dominio do Conde” e a incorporou á Capitania de N. S. do Rosario de Paranaguá.

“Cananéia porém conservou na administração ecclesiastica, a primazia sobre as vilas do sul. Tanto assim que, em 1655 o Padre João da Rocha Ferraz, Vigario de S. João da Villa de Cananéia, nella, nas de Paranaguá e Rio São Francisco, visitador pelo bispo do Rio de Janeiro, passou provisão ao Padre Dyonisio de Mello Cabral, para vigario encomendado de Paranaguá, provisão esta que foi confirmada pelo dr. Antonio de Mariz Loureiro, “por mercê da Santa Sé Apostolica, Prelado e Administrador da cidade do Rio de Janeiro e sua Diocese e das Capitánias de sua repartição da banda sul”.

(124). — O Morro dos Andrades fica situado na parte setentrional da Ilha do Cardoso, sôbre a baía de Trapandé.

(125). — Calixto, comentando essa noticia, diz: “A donatária dos condes da Ilha do Principe, era ainda em 1636, a mesma dos condes de Vimieiro e sua jurisdição, conforme a doação feita por D. João III a Martim Afonso de Sousa abrangia (mesmo depois da decisão do litigio entre os respectivos herdeiros) tôda a linha da Costa Meridional da barra de São Vicente até dez léguas além de Cananéia”.

A villa de Cananéia estava, portanto, nessa época, fazendo parte da Capitania de Itanhaem, na posse aliás muito legal, dos condes da ilha do Principe, a qual posse manteve-se até o dia em que essa Capitania foi anexada à corôa por ato do Marquês de Pombal, em 1753.

Apesar de submetida ao govêrno do Capitão-mor Gabriel de Lara, governador da Capitania de Paranaguá, deve Cananéia a descoberta das novas minas em 1670 e tantos a Luís Lopes Carvalho, que em 1677 foi nomeado Capitão-mor e governador perpétuo da vila de Itanhaém.

Na patente que obteve para êsse alto posto e que constituiu uma distinção excepcional, visto como o cargo de Capitão-mor era trienal e Carvalho teve nomeação com o título de perpétuo, consta que, sendo administrador das minas de Itanhaém e São Vicente, descobrira também as de ouro na vila de Cananéia.

Em seguida, deixando sem narrativa os sucessos que se prendem à expedição de D. Rodrigo Castel Branco (126) e de D. Manuel de Lobo por faltarem dados peculiares a Cananéia, reproduz o dr. Ermelino A. de Leão algumas das narrativas curiosas que Vieira dos Santos publicou em suas **Memórias**, entre as quais a que se refere ao monstro marinho, que se acha incompleta, e da qual tratamos em outro capítulo.

*
* *
*

CAPÍTULO XX.

DA EXPANSÃO DOS CANANEENSES. SABAÚNA, VILA NOVA DA LAGE E ARARAPIRA — UM ERRO HISTÓRICO.

Como temos procurado demonstrar, a povoação de Cananéia desempenhou papel saliente nesse primeiro período do Brasil colonial. Se de um lado castelhanos ou pelo menos alguns dos espanhóis ali residentes, hostilizavam os vicentinos, é evidente que outros, inclusive portugueses, habitantes do mesmo núcleo, os tivessem auxiliado na luta contra aquêles.

Daí a expansão dos cananeenses que, como rezam antigos documentos, também concorreram para a fundação de Sabaúna (situada entre Cananéia e Iguape), Ararapira, Paranaguá e Vila Nova da Lage, e até mesmo participando de bandeiras que se internaram pelos sertões paranaenses.

(126). — “D. Rodrigo Castel Branco, partiu da Villa de Santos por terra a 14 de Fevereiro de 1679, com 123 Indios de sua conducta, para as Minas de Ouro das vilas de Iguape, de Cananéia, de Paranaguá e de Coritiba, que os Paulistas tinham descoberto á custa de suas fazendas, trabalhos, fomes, miserias, sem amenor ajuda de custo”, como diz Frei Gaspar. (Revista do Instituto Histórico Brasileiro, vol. 64, pág. 47).

Benedito Calixto, que com tanto ardor e intelligência dedicou-se ao estudo das antigas vilas da marinha, tratando da fundação de Ararapira, no extremo sul do litoral paulista e da Vila Nova dos Prazeres, disse:

“Não pudemos descobrir a data da fundação da Villa denominada — Vila Nova dos Prazeres — situada na foz do Ararapira, no Municipio de Cananéia.

Nos papeis do archivo do General Arouche, publicados ultimamente no volume 44 dos “Documentos Interessantes”, vêm apenas este periodo que se refere ás duas villas desaparecidas do litoral paulista.

Diz o autor: “O Exmo. D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão pretendendo augmentar esta Marinha, para o que procurou um meio infrutifero, fundou duas villas, uma na ilha que fica entre a barra da Ribeira e a de Cananéia (127) e outra na barra do rio Ararapira, celebre pelas suas pescarias; aquella foi superflua e esta necessaria.

Da primeira, que teve o enfeitado titulo de — Villa Nova da Lage dos Prazeres — não existe mais que a Capellinha e um ou dois moradores, e, da segunda só resta a egreginha com poucos sitios de pescadores”.

“Parece-nos, — acrescenta Calixto, — que o autor se enganou ou confundio os titulos das duas villas. A Villa que estava situada na ilha Comprida era a de Sabauna; a outra, á margem do Ararapira, **foi portanto a que teve o enfeitado titulo de “Vila Nova dos Prazeres”** (128).

O que acabamos de ler demonstra grande confusão entre os escritores que, geralmente, evitam a leitura dos manuscritos, valendo-se dos trabalhos já publicados ou informações menos seguras.

No caso presente, há evidente equívoco quanto às vilas em apreço, como procuraremos demonstrar.

E’ sabido que para atender ao Real Serviço, foi preocupação dos governadores a criação de povoados ou vilas ao longo da marinha, pelas quais deviam passar os paradeiros, os correios e viandantes em geral.

Eram verdadeiros pousos, onde se abrigavam, depois de um dia inteiro de viagem. Foi assim que surgiram muitas dessas povoações ao longo da costa, algumas das quais desapa-

(127). — Não existe ilha alguma entre a barra da Ribeira e a de Cananéia, mas sim entre a barra de Icapara, ou barra de Iguape, e a de Cananéia, que é a Ilha Comprida, ou Ilha do Mar, ou ainda Ilha Branca, como disse Gabriel Soares.

(128). — E’ engano. Naquele ponto da costa a única vila que se formou foi a de Ararapira, á margem direita do rio do mesmo nome.

receram por completo como a Vila Nova da Lage, situada na Ilha Comprida. Não devemos confundir, no entanto, a referida povoação com a Vila Nova dos Prazeres das Lages, situada no Estado de Santa Catarina, como o fêz Calixto.

Sabaúna.

Antes mesmo do ano de 1765, já se cogitava da formação de aldeias nas imediações de Sabaúna, como se dizia antigamente.

Assim, recorrendo aos documentos, vemos que naquele ano mandava D. Luís Antônio de Souza, governador da Capitania de São Paulo, que se povoasse a Ribeira de Sabaúna, expedindo para isso o bando de 5 de dezembro de 1765.

A 21 de março do ano de 1766 ordenava a

“formação de uma Aldeida na fóz da Ribeira de Sabauna, entre as vilas de Iguape e Cananéa”,

nomeando para seu fundador e director, a Diogo Pereira Paes, das Ordenanças da vila de Iguape (129).

A 13 de janeiro de 1769, em nova Ordem, dizia o Governador:

“Porquanto havendo de se formar a Povoação de Sabauna na paragem assim chamada, se ellegeu hum director para ella e de presente se tem mudado para o Citio da Lagem, e necessita então de novo director: Ordeno a Antonio da Silva Vianna sirva a referida Occupação debaixo da direcção do Ajudante das minhas ordens, etc.”.

Em 24 de janeiro de 1770 era expedida ordem para se formar vila na povoação de Sabaúna e a 1 de agôsto, finalmente, era erecta a mesma, como se vê do respectivo têrmo onde, após reprodução do bando que determinava a fundação de diversas vilas, dizia:

“...para dar principio aos declarado acima chegarão a esta nova Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Marinha aos trinta e hum de Julho, o dito Thenente Coronel Ajudante das ordens Affonço Botelho e de Sam Payo e Souza e ouvidor Geral da Comarca o Sargento mór Christovão Pinheyro e França e o Capitam de Infantaria e Comandante do destacamento da Villa de Paranaguá Francisco Aranha Barreto e muitos mais officiaes militares e gente distinta, adonde se achava já a Camera da Villa de Iguape com toda a gente da Freguezia estando feito hum fôrte no porto de desembarque; e lo-

go que apparecerão as canoas dos ditos officiaes entrarão a dar fogo os que se achavão no dito Castello até desembarcarem, e logo do porto forão direitos a Igreja e depois de darem Graças a Deus e se recolherão tendo experimentado todo o povo huma grande alegria e jubilo universal; e para mais mostrarem mandou o dito Ajudante de ordens lançar algum fogo do ar e com muitas danças e alegria se passou quasi toda a noite e no dia primeyro de Agosto pellas dez oras do dia forão o dito Ajudante de ordens e ouvidor Geral com todas as pessoas distintas, Camera da Villa de Iguape e mais povo que se achavão presentes, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição a honde Cantou Missa o Reverendo Vigario Frei Joseph da Purificação Soares, a Cantoxão, e no fim da dita missa se cantou o Te Deum Laudamus o que tudo se fez com grande solemnidade entre vivas e aplauso do povo, mandando o Capitam Francisco Aranha Barreto dar repetidas salvas de mosquetaria o que tudo se fez para que Deus prospere os estados de Sua Magestade Fedelicima e tivecem esperança de felicidade facturas no progresso do Governo e aumento da Nossa Villa erecta, e para que o mesmo Senhor lhe desse luz aos novos officiaes qua avião de servir daqui em diante para bẽ governar e adeministrar justiça, para honra e gloria do mesmo senhor e aumento da dita nova Villa; e acabada a função da Igreja mandou o dito Ajudante de ordens com o ouvidor geral para o lugar, donde estava detreminado, foce praça publica, e se achava já feito o pellourinho de hum pão de maçaranduba bastante groço e delle feito hum pellourinho oitavado e com os mais sinaes que o termo da ereção declara, sahindo logo da porta da Igreja junto com o dito ajudante de ordens e ouvidor geral e o Capitam Francisco Aranha Barreto, mandando marchar a tropa paga, que aly se achava com os mais officiaes e pessoas Distinctas e Camera da Villa de Iguape e mais o director e Capitam Antonio da Sylva Vianna e todo o povo, com muitos jubilos da descarga da mosquetaria e mais demonstraçoens de gosto, repetindo muitas vezes vivas o Serenissimo Senhor Dom Joseph o primeiro, nosso monarca, chegarão ao lugar destinado. E de como assim obrarão e detreminarão, o dito Thenente Coronel ajudante de ordens Affonço Botelho de Sam Payo e Souza e ouvidor geral e Sargento mór Christovão Pinheiro e França fizerão fundar e erigir esta nova Villa de Nossa Senhora da Conceição da Marinha, sendo presentes a este aucto o Capitam Francisco Aranha Barreto e Doutor Joachim Joseph Freyre da Sylva e o licenciado Manoel Joseph Pereyra de Andrade e o Reverendo Vigario Frey Joseph da Porificação Soares e o Director Capitam Antonio da Silva Vianna, Henrique Martins, João de Oli-

veira Martins e Joseph da Sylva Rocha; que todos depois de lido por mandado do dito Thenente Coronel e Ouvidor Geral este aucto de ereção desta Villa e todo o mais que nella se contem e se declara, assignarão. Do que, de tudo, para constar, fiz este aucto de levantamento da dita Villa. Eu Joseph Joachim da Costa escrivão da ouvidoria geral que o escrevi.

Affonço Bot.o de S. Payo e Souza.
Christovão Pinheiro e França.
O Cap.m Com.te Fr.co Ar.a Barr.o.
O Vigario Fr. Jozé Fr.o da S.a.
Joaquim Jozé fr.e da S.a.
O Diretor Ant.o da S.a Vianna.
D.tor M.e Jozé Per.a de And.e.
Henrique Mz'.
Jozé da S.a Rocha.
João de Oliv.ra" (130).

Como se vê, Sabaúna ou Sabauma, que teve seus princípios mais ou menos no ano de 1765, recebeu predicamento de vila em 1770, sob o título de **Nossa Senhora da Conceição da Marinha**.

Outros documentos chamam-na "Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabauna da Lage" ou ainda "Nossa Senhora da Conceição da Lage", como o bando de 20 de novembro de 1770, que nomeou a Antônio da Silva Viana, para dirigí-la.

Essa denominação provém da existência de uma "lage" situada a meio do Canal, ou Mar Pequeno, que separa o continente, — onde se encontra o rio Sabauna — da Ilha Comprida.

Elevada à categoria de vila, foram para ela encaminhados numerosos forasteiros, **peessoas sem eira nem beira**, que vagavam por todo êsse litoral, como disse Calixto, e principalmente vadios que não possuíam domicílio certo.

De Cananéia, foram enviados como primeiros povoadores: Vitório Cardoso, com sua família, Salvador de Lima casado; João Fernandes, casado, com 2 filhos; Vitória da Silva, viúva, com 3 filhos e filhas; Caetana, viúva, com 5 filhos de mau procedimento; Pedro, irmão da dita, casado, com filhos; Bernarda, solteira; Juliana, viúva, com filhos, ambas irmãs, com muito mau procedimento dentro da vila; Luisa, que foi de Manuel Pires já defunto; Catarina, viúva com muitos fi-

lhos e todos vadios no Rio Itapitanguí; Ana dos Ouros, viúva com dois filhos, ambos de mal procedidos; Hilária, com sua filha Sebastiana; Maria, irmã da dita; Cosine Pinheiro, solteiro; Domingas, solteira, filha de Leandro de Lara, mal procedida; Maria, com 3 filhos e 2 ou 3 filhas; Ana de Lemos, solteira, com um filho Manuel Soares; Silvestre, solteiro, que foi de Pantaleão Pereira; Braz, que foi do defunto Antônio de Freitas, casado, com filhos e filhas; Frutuoso Texeira, casado, com filhos; João da Silva, casado, morador por enquanto no Rocio; Inácia, filha de Francisca de Ramos, mal procedida; Salvador Pires, solteiro; Joana, solteira, filha de Manuel de Lemos; Manuel de Lemos, casado.

Casados, 7; solteiros, 50, pouco mais ou menos, por não se saber a conta dos filhos de certos casais (131).

*

Ainda com referência à fundação de Sabauna, encontramos num dos maços de papéis do Tempo Colonial, existentes no Arquivo do Estado, o documento seguinte, endereçado ao Governador da Capitania de São Paulo:

“Illmo. e Exmo. Snr.

Dizem os moradores de Sabauna, districto da V.a de Iguape, q. V. Exa. foi Servido mandar fundar na d.a paragem hua Povoação por Ordem q. para isso teve de S. Mage e Como p.a effeito depoderem Subsistir necessidade do Pasto Espiritual, pertendem formar hua Igreja; p.a q. pelo tempo adiante lhes Sirva de Matriz, a qual Senão pode erigir sem sefazer Patrimonio, p.a do Seu redito ter a d.a Igreja aSua devida conservação; e como nad.a paragem há m.tas terras devolutas, e não poSuidas por peSoa alguma, pertendem os Sup.tes que V. Exa. lhes faça m.ce conceder em nome de S. Mage hua Legoa de terras de testada, e outro tanto de Certão p.a patrimonio dad.a Igreja, pelo q. P. P. a V. Exa. seja servido mandar Se lhes paSe Carta de Sesmaria das terras acima declaradas visto ser p.a ofim tão justo q. os Sup.tes requerem, e de se Cumprir assim a ordem de V. Exa. por q. mandou fundar a referida Povoação.

E. E. M.ce”.

Este requerimento traz o seguinte despacho:

“P. Carta de Sesmaria narr.a do Estilo, e não selevará della emolumentõ algum nesta Secretra, por per-

tencer a Serv.o de S. Mag.de q. Manda formar estas Povoações. S. Paulo, 13 de Mayo de 1768”.

A referida carta vem assinada pelo Capitão General D. Luís Antônio de Souza, Morgado de Mateus.

*

Para patrimônio da vila, foi-lhe então concedida uma sorte de terras, medindo uma légua de testada por outra de sertão (132), sendo escolhido para assentamento da mesma, “o espigão do morro de Sabauna”, como consta de um têrmo de vereança da vila de Iguape.

Em terra firme estava, pois, criada a vila de Sabauna, a que o povo ainda hoje denomina — Sabauna.

Vila Nova da Lage.

Mais tarde, porém, como aliás acontecera com as vilas de Iguape, Cananéia, Xiririca e outras tantas, — foram os moradores de Sabauna, talvez por facilidade da pesca, retirando-se para a Ilha Comprida, em ponto fronteiro à barra do Sabauna. Entre êles, como declara o bando de 13 de janeiro de 1769, estava o primeiro diretor da Aldeia, Diogo Pereira Paes, que também “se havia mudado para o Citio da Lagem”. Daí a transferênciã da vila primitiva, para o outro lado do Mar Pequeno, — vila esta que passou a ser conhecida pela denominação de “Vila Nova da Lage”, pelo fato de achar-se de frente da pedra da Lage, ou simplesmente — Vila Nova.

Para aí transferiu-se também todo o corpo de vereadores, como se vê do primeiro livro de Vereanças, hoje conservado no arquivo da Câmara de Iguape, livro êste que contém 65 fôlhas, e cuja ata final se encontra a fôlhas 39, referente à sessão de 28 de dezembro de 1779.

A primeira vereança teve lugar em 1771, quando se tratou do terreno do Rocio, que foi medido e demarcado pelo Capitão-mor da vila de Cananéia, Alexandre de Sousa Guimarães, e é a que se segue:

“Aos vinte dias do mez de Julho de mil setecentos e setenta e hum annos, nesta Villa de Nossa Senhora da Conceição da Marinha, Comarca de Parnaguá, em a casa do Concelho, onde vierão os officiaes da Camera, Sendo Presidente o Juiz Ordinario João de Oliveira Martins e o Vereador mais velho, o Capitão Pedro Martins, e o vereador mais moço João Pereira Gomes, e o Procurador do Conselho Francisco Pereira Maciel com-

migo Escrivão da Camara ao diante nomeado; e sendo ahy acordarão em medir as terras do Rocio desta Villa para cujo effeyto convocarão a Alexandre de Sousa Guimarães, o qual com effeyto as medio botando-lhe os rumos necessarios, principiando da parte do Sul com Pedro Martins, digo com as terras de Pedro Martins e da parte do Norte com as terras de Ignacio José Puppo, em cujas medidas se acharão seis centas braças de terras, cujas setomarão para o dito Rocio, com seus fundos de outras tantas braças, as quaes cortão para a parte da praya do mar grosso emté a parajem que chegar a dita Longitude de seis centas braças, digo.os fundos de outras tantas seis centas braças as quaes chegão emté o Rio Cundapohy, Sendo a tudo presente os ditos Officiaes da Camera e não ouve requerimento algum na dita Vereança de que para constar mandarão fazer este termo em que acignarão com o dito medidor e Eu José da Silva Rocha Escrivão da Camera o escrevi.

Oliveira / Pedro Martins / Anrique Miz / Francisco + Per.a Maciel”.

Como acabamos de ver, a vila de Sabauna, criada e instalada na parte do continente, entre Cananéia e Iguape, de frente da Ilha Comprida, foi por essa ocasião mudada para a referida ilha, onde passou a ser conhecida pelo nome de — **Vila Nova da Lage**, a qual mais tarde desapareceu em virtude do ressurgimento de Sabauna. Dela nada mais resta, a não ser a denominação do local e um cemitério abandonado e coberto de lendas.

Vila Nova das Lages.

Entretanto, Calixto, por lamentável engano, confundiu a desaparecida Vila Nova da Lage (no singular), do litoral sul paulista, com a cidade de “Lages” (plural), no Estado da Santa Catarina. Aquela deixou de subsistir, enquanto que esta prosperou. À esta última povoação foi que coube o pomposo título de — Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, pela ordem de 20 de agosto de 1866, destinando-se-lhe, para sua localização, uma sorte de terras de duas léguas e meia de testada e outras tantas de sertão, conforme Carta de Sesmaria de 6 de agosto de 1763, sendo a referida vila instalada a 4 de setembro do mesmo ano.

Povoação de Ararapira.

A povoação de Ararapira teve o seu princípio em aldeamento de índios, situado à margem direita do rio do mesmo

nome, — rio êste que alguns denominam também de -- Varadouro, e cujo nome verdadeiro, como adiante se verá, parece ser “Indaiani”, ou rio dos indaiás.

Foi elevada à categoria de Freguesia sob a invocação de São José da Marinha, no ano de 1769, sendo logo depois exaurada por achar-se em decadência.

Do **Livro de Atas da Câmara de Cananéia**, de 1767, consta o têrmo de doação de uma sorte de terras em Ararapira, por Joaquim Morato do Canto e sua mulher d. Rosa de Toledo Piza, para aí ser fundada a nova povoação, ato êsse que foi solenemente praticado não só com a presença dos vereadores da Câmara, como também do Ajudante das ordens do Governador da Capitania, Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, cujo têrmo é o seguinte:

“Aos doze dias do mez de Agosto de mil e sete centos e sessenta e sete nesta Villa de S. João Baptista de Cananéia, na paragem chamada Ararapira, onde se achou presente a Camara da mesma Villa por ordem do Exm. Snr. D. Luiz Antonio de Sousa Mourão e se achou o ajudante de suas ordens Affonso Botelho de Sampaio e Sousa, para o effeito de se determinar o lugar mais commodo e melhor para se fundar uma nova povoação dos moradores que estão dispersos pelo territorio da dita Villa de Cananéia e depois de lhe serem publicados pelo dito Ajudante as Ordens de S. Exa. para fim de se fundar a dita povoação, chegarão ao sito melhor para neste fundar.

Attendendo ás ordens de S. Exa. assentarão a Camara e maior parte dos moradores que havião de povoar a dita povoação qual fosse em Ararapira, no sitio que possui Joaquim Morato do Canto, e achando-se elle presente, disse que de muito boa vontade offerencia para a nova povoação duzentas braças de terra que se conta da barranceira da barra do Rio Indaiahi (133) corrente para a parte do sul até uma arvore chamada “figueira” que está ao norte do sitio do dito Joaquim Morato do Canto, e a quadra do mar, correndo pela dita arvore — Figueira, — até o Rio Indaiahi, cujas terras dá para a dita povoação sem alguma pensão ou fôro, livre conforme as possuia, sem por ellas querer preço algum por ser para o serviço de S. M. Fidelissima que Deus Gúarde em quem espera premio que o mesmo Senhor for servido.

O que tudo assistirão a Camara e o Ajudante das Ordens Affonso Botelho de Sampaio e Sousa, e na presença de todos os moradores e deante de Joaquim Morato do

(133). — Do Livro de Atas da Câmara, consta o vocábulo **Indajahy**, enquanto que no de Sesmarias lê-se: **Indajuby**. Outros ainda escrevem **Induhyahy**.

Canto, declarando não terem os ditos povoadores juz de poderem lavrar nas terras que lhe ficam a elle doador, mas sim nas que elle doador offerece voluntariamente, plantarão e farão tudo mais que bem lhes parecer, cuja doação faz com consentimento de sua mulher D. Rosa de Toledo Piza, o que tudo foi visto e assistido pela dita Camara e o Ajudante das ordens e das pessoas que se achavão presentes e assignarão.

Eu Agostinho Corrêa Monteiro, escrivão o escrevi. Affonso Botelho de Sampaio e Sousa — Ignacio Rodrigues da Silva — Faustino Martins da Silva — Antonio do Amaral Vasconcellos — Joaquim Morato do Canto — Antonio dos Ouros Homem — Caetano Gago da Camara — José Joaquim — Mariano da Silva Cesar — Pedro Martins”.

A doação supra teve sua confirmação pela seguinte Carta de Sesmaria, passada a 13 de maio de 1768 e registrada à fls. 15 do livro de **Sesmarias, Patentes e Provisões**, existente no Arquivo do Estado.

“D. Luiz Antonio de Sousa, etc. Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem q’ attendendo a me representarem por sua petição os moradores de Ararapira, Nova Povoação do termo da Villa de Cananéa, q’ por ordem minha se estabeleceu na barra do rio Indajuby q’ elles Suplicantes querião dar principio a sua Igreja para poderem subsistir nada Nova Povoação e como não tinhão possibilidade p.a fazerem patrimonio a I.g.a e sem isso se lhes não concedia licença no juizo Ecclesiastico p.a se benzer a d.a I.g.a; me pedião lhe concedesse em nome de sua Mag.e duzentas e dez braças de terra q’ Joaq.m Morato e Sua m.er doarão a Sua Mag.e p.a a nova Povoação, e hua casa q’ se achava feita na mesma Povoação q. os novos moradores fizerão p.a recolher as ferramentas e mais pertences de S. Mag.e; cuja terra e casa ficarião por patrimonio da Igreja daquella nova Povoação havendo-se eu assim por bem: e sendo visto o seu requerimento, e ser justo o q. pedião por se cumprir assim o que S. Mag.e por repetidas ordens Suas me tem recommendado q’ é o formarem-se novas Povoações, onde congregados os Povos em Povoações Civis vivão em Sociedade e não dispersos e vagabundos, e para effeito de ter este projecto e seu ultimo e dezejado effeito, era preciso formar Igreja onde se celebrassm os Off. Divinos p.a Pasto Spiritual dos mesmos moradores, e principal objecto da sua conservação; e q. p.a ella se poder erigir era infalivelm.te necessario formar patrimonio certo, de cujos redditos se fizessem as necessarias despezas p.a Sua substancia na forma ordenada pela Constituição: Hei

por bem dar de Sesmaria em nome de S. Mag.e como por esta o faço, em virtude do poder q' S. Mag.e me ha concedido pela ordem de quinze de Julho de mil sete centos e onze aos moradores da Nova Povoação de Ararapira, duzentas e dez braças de terra declaradas na escriptura de doação q. dellas faz S. Mag.e Joaquim Morato, as quaes se não poderão vender em tempo algum, por qualquer razão que seja nem transpassar a outro sem expressa ordem etc. — Dada nesta cidade de S. Paulo Pedro Coimbra a fez aos treze de Maio de 1768 nesta cidade de S. Paulo e Thomaz Pinto da S.a Secretaria do Govr. a fez aprovar.

D. Luiz Ant.o de Souza”.

Do exposto se verifica que a povoação de Ararapira foi fundada de fato no dia 12 de agôsto de 1767 e não a 17 de setembro de 1770, segundo Vieira dos Santos, ou ainda no ano de 1727, como disse o dr. Ermelino de Leão, em seu **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Paraná**.

Podemos assim restabelecer a verdade histórica, dizendo que a afirmativa do marechal Arouche, nas suas **Reflexões**, escritas em 1788 e publicadas no volume 44 dos **Documentos Interessantes**, foi que deu lugar ao êrro, confundindo as denominações de — Vila Nova da Conceição da Lage (na ilha Comprida), com — Vila Nova das Lages dos Prazeres, em Santa Catarina.

Esta foi que recebeu o “enfeitado título”, como diz êle.

Daí a repetição do êrro em que laborou o infatigável historiador paulista, dizendo que,

“a Vila Nova da Conceição da Marinha; — e que a “outra, situada a margem do rio Ararapira foi que recebeu o título da Vila Nova das Lages dos Prazeres”.

Absolutamente.

Nas redondezas, ou melhor, junto às margens daquele rio, jamais existiu qualquer outra povoação a não ser a de — Ararapira, — também devido ao seu orago, conhecida por São José da Marinha.

*

Uma petição dirigida à Câmara e um officio ao Juiz de Paz.

Pelo Dr. Joaquim Peixoto de Albuquerque, ex-Ouvidor da Comarca, foi dirigido à Câmara da vila, em 1832, o seguinte requerimento:

“O abaixo assignado vem representar-vos o seguinte: Não venho certamente extranho Snrs. que de ordinario o magistrado que cumpre a lei e segue sem contemp-lações os ditames de sua consciencia fazendo pezar a espada da Justiça sobre os malvados que infestam a sociedade costuma a ser victima não só dos mesmos malvados como dos seus protectores, o que sempre taes homens encontrarão: não ha crime, não ha infamia algúa imaginavel, que se não attribua ao magistrado.

He nesta circumstancias assaz desagradaveis que o representante se acha como bem o sabeis, desde que fez prender aos facinorozos Maias de Coritiba assaz conhecidos em toda a comarca por suas proezas em assassinos e roubos. Estes perversos haviam ali impunemente de baixo de protecção de outros homens tão bons como elles; forão porem accossados e presos: mal esperava o representante que em troco de tão grande beneficio feito á Sociedade seria insultado e calumniado pela imprensa, forão porem o que aconteceu. Os patronos dos malvados puzerão-se em campo e empregarão toda a sorte de maldades para levarem afim sua desejada vingança. Elles tem feito publico que o representante tem sido o verdugo e o flegelo dos Povos em todos os pontos da Comarca, e que por sua conducta publica e particular tem em toda a comarca causado geral escandalo. Em tais circumstancias o representante vendo-se manchado com tão infames como calumniosas arguições tem apelado para o testemunho dos homens de bem da Comarca; e como durante o exercicio do Cargo de Ouvidor elle fez nesta Villa tres correições, elle invoca tão bem a vossa probidade para que formalmente lhe attesteis se vos consta que o representante faltasse ahi a Justiça a algum, se foi prompto no cumprimento de seus deveres, se mandou prender algum cidadão sem culpa formada, e se praticou algum acto notoriamente despotico, se por seus costumes offendeu a moral publica, e se praticou algua acção que causasse algum escandalo qualquer ao publico. O representante, pois, espera Snrs. merecer de vos este acto de Justiça atenta a vossa probidade, representação e credito concorrerá muito para a sua justificação perante a Nação e o Governo.

E Receberá Mercê. Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque”.

Resposta:

“A Camara Municipal de Villa de Cananéa, Attesta e faz certo aos senhores e a quem esta for apresentada, de que o Bacharel Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque, ex-Ouvidor que foi desta Comarca de Paranaguá e

Coritiba, fez tres correições nesta Villa; e não consta que faltasse a Justiça algua no cumprimento de seus deveres; não consta que mandasse prender a Cidadão algum sem culpa formada, menos praticado alguns outros actos notoriamente despotico, que causasse algum escandalo publico, antes pela sua conducta e são costumes moral publica, mereceo nesta Villa boa estima. E por ser verdade, e nos ser esta requisitada a mandamos passar, a qual vai assignalada nesta Villa de Cananéa em Sessão Ordinaria de 11 de Janeiro de 1832. José Joaquim de Assumpção e Souza, Secretario a escrevi. — Francisco Floriano de Camargo, Antonio de Aquino Pereira, João Rodrigues da Silva, Antonio José Ramos, Antonio Florencio de Andrade, Ricardo Bartholomeu Vianna” (134).

*

* *

CAPÍTULO XXI.

A EPIDEMIA DA VARÍOLA — CRIAÇÃO DE UM LAZARETO.

À imitação do que ocorrera no ano fatídico de 1686, a villa de Cananéia foi atingida em 1855 pelo terrível mal, que dizimou quase que por completo a sua população, dando lugar a que se tratasse da criação de um hospital de isolamento, como é fácil de ver-se pelos documentos seguintes:

“Ilmo. Snr.

A Camara recebeo o Off.o de 8 do actual no ql. exigia VSa. a opinião da msm.a e se se aprovava q. fosse a quarentena feita na Ilha do Abrg.o e o lazaretto no Panema, sendo a opinião de VSa. nos lugares indicados por se acharem esses Sítios ms. afastados do ingresso dos

(134). — Atas da Câmara da Vila de Cananéia — 1832.

Srn. Juiz de Paz da Villa de Cananéa.

“Constando-me por participação do Juiz de Direito da Comarca, que na ilha do Abrigo da Barra dessa Villa se achava fundeado hum Barco que conduzira pretos Africanos, parte dos quaes já tinha desembarcado; e devendo prevenir por todos os meios, que estes desgraçados sejam reduzidos á escravidão em menoscabo da Lei de 8 de 9br.o de 1831 e Decreto de 12 de Abril de 1832, determino a Vm.ce que debaixo de toda a responsabilidade proceda, quando ainda não tenha feito como lhe cumpria, contra os authores de semilhante delicto na forma da citada Lei e Decreto, dando-me por detudo o que occorrer á tal respeito, afim de fazer effectiva a responsabilidade de qualquer Authorityde que por ventura possa ser omissa em materia de tanta importancia, e que muito interessa o bem da humanidade.

Deos ge. á Vm.ce. Palacio do Governo de São Paulo, 27 de 7br.o de 1833.

Raphael Tobias d'Aguiar”.

habites. é uma verde e concordaria-mos se não desse-se outras causas pa. divergirmos pelas difficuldades insuperaveis dos transportes de condição do infeliz que for atacado da infermid.e pr. qto. a maneira no transpte. e chegaria ao lazarto. qdo. a molestia tievesse aumentd.o zombando dos recursos da medicina: Vsa. ade convir que otransporte pa. o lugar panema é mto. difficil, mesmo com o tempo sereno, porqe. não dá desembarque senão a Canoas de pescadores q. se lanção ao trance de receber mares e chegão sempre molhados em terra; para vir em busca do pontal do sul tem de caminhar uma boa legoa e meia em praia deserta sem transptes. de carros ou outra ql. qr. commodidade q. levrasse os doentes de intempria dos tempos; outro obstaculo não menos difficultozo de socorro, e é que da quarentena na Ilha do Abrigo e nella mesmo o lazareto, que seria melhor que no panema necessitaria de recursos q. se não tem e nem se se pode conseguir em tão curto tempo, e a molestia pode não esperar e flagelar as tripulações e passageiros dos barcos e tendo nelles aparecido em uma ou mais pessoas é demister logo ser tirado e conduzido para o lazarto. e ser em breve ministrado os remedios de curativo, como para tranquilizar os q. ainda se acharem sãos; se estes meios se difficultão pelo mão tempo e lugar, é provavel que os que se acharem sem a molestia demandarem as praias do norte e os fujão para os conter preciso era lá estar uma forte guarnição, e isto não é conveniente, a vista do ponderado a Camara sujeitando a um parecer da Comm.ão e pençando sobre elle dá o seu parecer a respeito. O lugar mais proprio para o fundeador dos barcos que forem destinados a quarentena é em frente da restinga da ponta do sul entre o monte denominado Pereirinha té a moradia que foi do finado Mendonça; sua distancia da terra deverá ser de uma milha mais ou menos, para deixar a maior largura da bahia para o tranzito do povo, seo fundeador (illegivel)... possível o logar dado por ser no mesmo (estava rôto o papel) pontal do Sul já alli existem algumas casas que podem servir para lazareto alem de serem ellas de muito pouco valor seacham sem moradores a ms. de mes, e estes tem suas plantações no panema e venhão a estas casinhas mais para pescarias e recreio que por interesse; dassé outras circunstancias de preferencia a outro qlqr. local é a promtidão nos transportes dos doentes para o lazareto e na fiscalisação e preceitos está em posição de ser executado; a guarnição do forte vigia e segura a efectividade da quarentena em muito boa distancia para sem perigo receber os avisos e transmittir as authoridades. Hé o qto. a Camara julgou dever responder ao Officio de V. Sa. agradecendo-lhe a confiança que VS. nella deposita.

Deos Guarde Vsa. Paço da Camara Municipal de Cananéa em Seção de 9 de Outubro de 1855.

Ilmo. Sr. Joaquim Gm.es Mendes, Delegado de Policia”.

Apesar dessas providências, o mal irrompeu violentamente. E tantos foram os mortos que não havendo mais lugar no interior da igreja, que era de atêrro, foram os cadáveres sepultados em redor da mesma. Como esta, houve também, pouco depois, outra e mais terrível epidemia, que assolou a vila e todo o município, que foi a de cólera.

Ainda no **Livro de Registros de Offícios de pessoas particulares** (1855-1856), do Arquivo do Estado, encontramos registrados os seguintes offícios:

— Do dr. José Xavier Lopes de Araújo, lembrando ao Ministério do Império a necessidade de mandar um médico ou um estudante para a vila de Cananéia, visto distar 12 léguas de Iguape, não podendo o mesmo socorrer a duas localidades ao mesmo tempo.

— Aviso do Ministério do Império, de 11 de outubro de 1855, sob o n.º 124, pondo o dr. Damazo de Albuquerque Diniz à disposição da Presidência, e em sua companhia servindo de ajudante o aluno da Faculdade de Medicina, Antônio Gonçalves Jor. para combaterem a epidemia de **cólera morbus** em Iguape e Cananéia.

— Idem, do Palácio do Govêrno de São Paulo, em 5 de dezembro de 1855, ao dr. Damazo de Albuquerque Diniz. em resposta a outro de 1.º, comunicando não ser possível remeter os enfermeiros que solicitara devendo êle procurar pessoa competente.

— Idem, datado de 9 de outubro de 1855 ao Dr. Damazo de Albuquerque Diniz, comunicando que encarregara a José Joaquim Delfino de Oliveira para visitar as embarcações procedentes de portos infetados, que deviam ficar de quarentena, expedindo ordem aos delegados para determinarem ao mestre do hiate **Nossa Senhora do Socôrro** que fizesse quarentena em Cananéia.

— Offício do dr. Damazo de Albuquerque Diniz comunicando ter-se retirado de Iguape em consequência de haver o Exmo. Ministro do Império dado por finda a comissão médica, em 2 de maio de 1856.

*

* * *

CAPÍTULO XXII.

O BÓLIDO DA COLÔNIA DE CANANÉIA.

Através de informações veiculadas no decorrer de longos anos por antigos habitantes da ex-Imperial Colônia de Cananéia, chegou aos nossos dias a notícia da queda de um bólido no território daquele importante núcleo agrícola, cuja narrativa nos últimos anos vinha sendo repetida por diversos moradores daquela região. Esse acontecimento também nos foi confirmado por nosso pai, que na ocasião exercia o cargo de professor público na sede da referida Colônia, de onde mais tarde foi removido para a vila.

Eram todos êles acordes em afirmar que no momento em que tal fato se verificou, ouvira-se um grande estrondo e como que um forte abalo de terra, constando-se ainda a projeção a grande distância não só de seixos, como de alguma porção de barro, o que demonstrava a proximidade do local, dentro de um dos quadros mais próximos da própria sede.

Ocorrido o fenômeno, procederam-se às investigações naturais, tendo sido localizado o ponto exato em que se dera a queda, pela abertura de um grande fôssco que foi observado pelos colonos ali estabelecidos.

Tal ocorrência não passou despercebida dos habitantes da vila, onde por todos foi observada, como se pode ver da seguinte notícia publicada pelo jornalzinho o **Bouquet de Flôres**, o qual iniciando sua publicação a 1.º de setembro de 1887. nesse primeiro número publicava a seguinte nota:

Estrondo no ar.

“Foi ouvido no dia 27 do findante, pelas 8,30 horas da manhã, um estampido no ar, que chegou seu abalo a sacudir a terra; rumor êste comparado ao choque de trovões ao longe, porém, com ruído mais atterrador. Ignora-se o que fôsse”.

Em sua edição de 8 de setembro, voltando ao assunto, estampava aquêlê semanário a seguinte e interessante carta que lhe enderaçara um colaborador anônimo que, procurando explicar o fenômeno, dizia:

“Sr. Redactor. — Peço a V. S. publicar no seu periódico a explicação do estrondo no ar, que ouvimos na manhã do dia 27 do mez passado.

O phenomeno astronomico que presenciámos pertence a sciencia intitulada — *Cosmographia* — que é a que trata dos astros.

Ao redor do sol alem dós planetas e cometas, gyram immensidade de corpusculos que formam anneis ellipticos. As estrellas cadentes, isto é, esses pontos luminosos que vemos todas as noites, a correr no céu; os bólidos, ou globos de fogo, que vemos no ar, arrebrandando às veses com estrondo semelhante aos do trovão e os aerolithos ou pedras que caem do céu, achão uma explicação na existencia dèssas correntes annulares dos corpusculos.

Com effeito, movendo-se a terra no espaço, passa por perto desses corpusculos, que entrando-lhe na athmosphera, com a resistencia que esta lhes offerece inflamam-se, extinguindo-se de todo ou continuando em sua orbita.

Temos, pois, pela distancia em que se dá e pequenez que apresenta o phenomeno, as estrellas cadentes, e mais perto da terra, com o augmento do volume apparente, os bolidos, que arrebrandando em todo ou em parte os seus fragmentos, constituem o que a sciencia chama aerolithos, pedras do ar ou pedras meteoricas.

Eis, portanto, o que foi o estampido que se ouviu.
Um aerolitho”.

*

Em nossa coleção de jornais antigos não possuímos o número da **Gazeta de Cananéia** deessa época, que provavelmente ter-se-ia também occupado do phenomeno com mais precisão, sendo, como era, o principal semanário e o de maior circulação na vila.

Entretanto, como confirmação de um fato por muitos considerado como simples lenda, aí está a noticia registrada pelo modesto jornalzinho literário, que, como tantos outros que ali se publicaram, constitui preciosa fonte para a história da mais antiga das vilas do litoral paulista.

*

* *

CAPÍTULO XXIII.

A IMPRENSA.

Enquanto em quase tôdas as localidades, a imprensa desempenhando papel saliente na vida das mesmas, coadjuvada pelo público, melhora, evolui, progride e se desenvolve, — é inte-

ressante conhecermos as suas diferentes fases em Cananéia historiando-a tanto quanto nos permitem os vagos conhecimentos que possuímos, baseados apenas nos números esparsos ainda hoje existentes dos antigos jornais que aí se editaram.

De quase todos êles foi seu criador José Inácio de Figueiredo, natural do Rio de Janeiro que, indo residir na então vila de Cananéia, onde mais tarde exerceu o cargo de professor público, não podia compreender a falta de jornal na mesma vila, interessando-se por isso pela sua fundação, o que o levou a adquirir um pequeno prelo — sistema antiquíssimo — e que se conservava na Câmara Municipal, como velha relíquia, sendo mais tarde oferecido ao Museu Paulista.

Semelhante a um pequena prensa, das que se usam nos escritórios comerciais, encontrava-se em perfeito estado de conservação, podendo, portanto, ser ainda utilizado.

E' para admirar-se como em máquina tão rudimentar se conseguia imprimir jornais de feições tão agradáveis como os que existiram por essa época.

Uma vez montada a pequena tipografia, começou a ser publicado o primeiro jornal da Vila, a **Gazeta de Cananéia**, que surgiu no ano de 1881 e após seis anos de vida dificultosa, com inúmeras interrupções **terminou a sua missão por falta de coadjuvação do povo cananeense**, no ano de 1888.

Logo após a publicação dos seus primeiros números, era Inácio de Figueiredo obrigado a suspendê-la, substituindo o título, que passou a ser **Gazetinha de Cananéia**, de vida efêmera (1881-1883) voltando a **Gazeta** a publicar-se de 1883 por diante.

Em 1887, da mesma oficina e sob a mesma direção, tendo Andreelino Figueiredo como redator, surgiu o **Boquet de Flôres**, periódico literário e noticioso, que navegou sempre em mar virado... pelas ondas das Finanças.

No decorrer do ano de 1884, quando nenhum jornal se editava na vila, porque então estava suspensa a publicação da **Gazeta**, o intemerato jornalista surpreendia os seus desafetos com uma nova publicação, — **A Idéia** — que logo após os primeiros números, desaparecia.

Ressentido pela ingratidão dos amigos, Inácio de Figueiredo, como criança travessa, lançava-se à publicidade em 1888 um nôvo jornal — **A Carapuça**, pequena fôlha crítica, em que declarava:

“Não se assustem! Não julguem que **A Carapuça** venha fazer traquinadas. Quer apenas ver se põe as couzas nos seus eixos”.

Em 1888, surgia o **Eco Cananeense**, de formato igual à **Gazeta de Cananéia**, e que suspendeu a sua publicação por falta de recursos.

Finalmente, aparecia o **Restaurador**, que encerrava de maneira idêntica, a primeira fase da imprensa de Cananéia.

De 1889 a 1901, com o falecimento do velho jornalista, nenhum periódico circulou naquela vila, que, da mesma falta como que se ressentia, tornando-se ignorada de todos e por todos.

Em 1902, reunidos os restos da antiga tipografia e servindo-se do mesmo prelo, sob os auspícios do saudoso cananeense, o professor João Pinto da Costa, e editado por um velho amigo, Isaac Vilalva de Almeida, encetava a sua publicação um novo semanário, intitulado — **Cananéia**, — de que apenas saíram alguns números, não sendo mais feliz do que os anteriores.

Ainda 1904 surgiu, desta vez por necessidade política — **O Município**, e, de par com êle, o **Fraternidade**, jornal dedicado ao culto espírita.

Nenhum dêles, porém, conseguiu comemorar sequer o primeiro aniversário, terminando assim a segunda fase da imprensa naquela cidade.

Um longo e novo período de abatimento caiu então sobre a antiga e histórica cidade, que parecia definir, cada vez que os seus órgãos de publicidade desapareciam.

Era o desânimo, era a tristeza.

Em 1921, entretanto, para reerguê-la dêsse abatimento, na certeza dos sacrifícios que deveríamos empregar, mas com coragem para a luta, encetávamos a publicação de um novo semanário, o **Correio de Cananéia**, com o auxílio dos nossos amigos João Cipriano dos Santos e Fidêncio Avelino do Vale, ambos já falecidos, que se prontificavam a adquirir material para êsse fim. Dirigindo o modesto jornal, tivemos a nos auxiliar dois outros amigos, Antônio da Silva Fraga, já falecido, na direção e Frederico T. da Veiga, como secretário.

O **Correio de Cananéia** constituiu, resumindo em si, a terceira e a mais importante fase da imprensa local, pois que reportando-nos à história da antiga vila, esforçamo-nos por transmiti-la aos seus leitores.

Das mesmas oficinas, embora muito pobres, surgiram os pequenos periódicos, **O Mosquito**, **Martelo** e **O Vigiaador**, e superiormente colaborado e digno de nota, **O Orvalho**, os quais nascendo em dias de festas, tiveram a duração das rosas . . sendo que o **Correio de Cananéia** conseguiu comemorar o seu terceiro aniversário, depois do que desapareceu, talvez para sempre,

aos 23 de janeiro de 1924, com a publicação do número 149, também por falta, como dizia Inácio de Figueiredo, do auxílio do público, ficando sua tipografia abandonada durante alguns anos em um pequeno cômodo de nossa casa, como **coisa sem dono**, até que a família do saudoso cananeense João Cipriano dos Santos, ofereceu-o ao Sr. João de Oliveira Rosa, que nela havia trabalhado, o qual, retirando-a levou-a para a sua casa onde ficou abandonada para sempre.

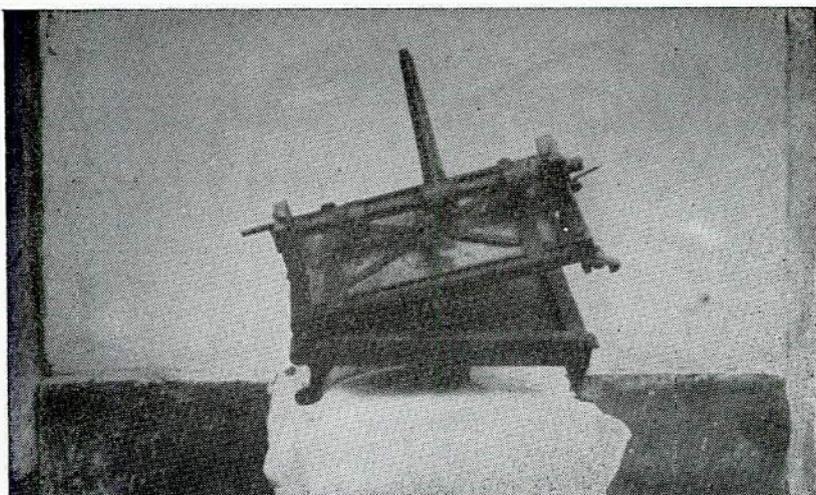


Fig. 19. — O primeiro prelo de Cananéia (1882), onde foi impresso o jornal "O Município". Este prelo se encontra no Museu Paulista.

De 1924 em diante ninguém mais teve a coragem necessária para tentar qualquer empreendimento jornalístico na pequenina cidade, até que no ano de 1937, o dr. Roberto Peck, voltando a trabalhar no estudo do pôrto de Cananéia, — desta vez em companhia do dr. Geraldo Martins de Rezende — este a título de propaganda, não só do referido pôrto como de toda a região, iniciou a publicação da **Gazeta do Sul**, quinzenário de feição moderna, impresso em ótimo papel, profusamente ilustrada e dirigida pelo jornalista Pedro Paulo da Rocha, que permaneceu em sua direção até o mês de julho de 1940, quando a convite do dr. Geraldo M. de Rezende passamos a substituí-lo no referido cargo, que ocupamos até 1.º de julho do ano de 1941, quando encerrava a sua publicação.

Tratava-se de um jornal impresso na Capital e que, embora contando com um brilhante corpo de colaboradores, muito deixava a desejar quanto ao noticiário local.

Catorze anos mais tarde, surgiu um nôvo periódico: o **Sul Paulista**, cujo primeiro número apareceu em abril de 1955. Jornal bem feito, era também impresso na Capital, tendo como diretores o consagrado jornalista e homem de letras, dr. Luís do Amaral e o Sr. João Veríssimo da Silva. Infelizmente foi de pouca duração, desaparecendo depois do seu n.º 6, correspondente à segunda quinzena do mês de agosto de 1955.

Dois anos após o seu desaparecimento, surge ainda **A Voz do Litoral**, cujo primeiro número apareceu no dia 26 de outubro de 1957.

A semelhança dos dois anteriores, era impresso no bairro de Pinheiros, na Capital, tendo como diretor o sr. Durval Borges de Oliveira, e, muito embora declarando-se dedicado aos interesses principalmente do litoral sul, desde logo se compreendia o seu pendor para a política regional, o que pouco depois se evidenciaria claramente com o abandono quanto à defesa dos interesses da região litorânea, e conseqüente mudança do seu próprio título, que passou a ser **A Voz de São Paulo**.

Foi esta a terceira e última fase da imprensa Cananeense.

(Continua).

ANTÔNIO PAULINO DE ALMEIDA
da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.